

Alternativas serão analisadas

Dom João Aviz afirma que a Igreja Católica tem todo o interesse em resolver a questão da ocupação irregular. Segundo ele, os terrenos foram ocupados por conta de um erro no planejamento da Capital. "Somente a Catedral de Brasília e a Igreja Dom Bosco foram planejadas. O Brasil é um país de maioria cristã. Muitos católicos migraram para cá e com apenas duas igrejas jamais poderíamos atender a todos", disse ele. "Analisaremos todas as alternativas e veremos a mais viável de acordo com a realidade das diferentes regiões", disse.

O padre Carlos Sanchez, da Paróquia São Pio da Pietrelcina, no Setor Sudoeste, pretende apresentar as três propostas do GDF aos fiéis. "É justo que estudemos nossa situação em conjunto. Vou conversar com a nossa comunidade", diz.

■ Embargo

Segundo o Padre Carlos, após a criação do Sudoeste, o terreno foi cedido para a igreja. "A escritura nunca foi emitida porque a doação está em desacordo com a Lei 8.666 (rege as licitações). Conseguimos outro terreno e começamos a construir, mas a obra foi embargada pela Justiça e está parada também por problemas relativos ao terreno. A região já tem mais de 50 mil habitantes, mas conseguimos atender apenas 3 mil fiéis nos fins de semana", diz.

O Bispo Robson Rodovalho, que dirige a Igreja Sara Nossa Terra, também no Setor Sudoeste, concorda com Dom João Aviz e acrescenta que, para os evangélicos, nenhum espaço foi reservado quando a capital foi planejada. "O problema do nosso terreno é que ele foi cedido por meio



■ PARÓQUIA SÃO PIO DA PIETRELCINA: DOAÇÃO DE TERRENO EM DESACORDO COM A LEI DAS LICITAÇÕES

"Analisaremos todas as alternativas e veremos a mais viável para cada região"

DOM JOÃO AVIZ,
ARCEBISPO DE BRASÍLIA

de uma concessão anterior à Lei 8.666. Mas existem casos, entre as igrejas evangélicas, de lotes ocupados por instrumento jurídico de concessões de uso posterior a essa mesma lei. As igrejas foram erguidas, mas o governador Cristovam Buarque questionou e cassou os termos de concessão de uso

emitidos pelo governo anterior ao dele", explica.

■ Autorizações

Segundo o Bispo Rodovalho, algumas igrejas evangélicas também foram construídas com autorizações emitidas por administrações regionais, que levavam em conta leis distritais que permitiam a destinação dos terrenos para esse fim. "O MP questionou a constitucionalidade dessas leis e ganhou, mas neste meio tempo os templos foram erguidos. Temos também casos de igrejas construídas em terrenos da União e por isso nunca regularizadas, como as de Vicente Pires", acrescenta.

De acordo com ele, existe uma outra possibilidade que poderia ser considerada pelo GDF. "Em abril, a Lei 8.666 sofreu algumas alterações que abrem possibilidades de doações, concessões de uso ou

comodatos. Estas mudanças permitem ainda que os terrenos situados em áreas da União sejam regularizados, o que também abre um precedente para que outros estados e o DF possam adotá-la", sugere. De qualquer forma, diante das três alternativas apresentadas pelo governador, o Bispo Rodovalho optaria pela venda direta, pois garantiria o documento definitivo. "Urbanizamos e melhoramos o local", afirma.

Para o deputado distrital e pastor da Igreja Universal, Agnaldo de Jesus, o ideal seria que o governo se reunisse com representantes de todas as igrejas em um único encontro. "Seria interessante resolver essa questão em conjunto, pois o assunto é o mesmo para todos. Não vejo razão do encontro com os evangélicos ter sido agendado para depois da reunião com o clero".